

RIO DE JANEIRO, RJ, 10 DE JUNHO DE 1996

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Marcello Alencar; Senhor Secretário-Geral da União Internacional de Telecomunicações, Pekka Tarjanne; Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Dr. Sérgio Motta; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Embaixadores; Senhor Presidente da Telecom, Jean Jipguep; Senhor Presidente do Conselho Consultivo de Telecomunicações Mundial, André LeBel; Senhor Diretor do Bureau de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações, Robert Jones; Senhores Empresários e Representantes de empresas de telecomunicações; Senhores e Senhoras;

O significado deste encontro aqui, no Rio de Janeiro, é desnecessário que eu o sublinhe, visto que as palavras do Secretário-Geral da União Internacional de Telecomunicações foram suficientemente vigorosas e amplas para mostrar a importância do evento, assim como as palavras do Dr. LeBel. Além do mais, a própria presença maciça de representantes de delegações de tantos países e o fato de que a União Internacional de Telecomunicações tenha um número de

membros superior ao número de membros das próprias Nações Unidas, por si sós, já são uma expressão do significado das telecomunicações no mundo moderno.

Aqui, as perspectivas lançadas e as análises sugeridas demonstram o que significa o desafio do desenvolvimento tecnológico e da unificação, se posso assim dizer, do planeta através dos sistemas de telecomunicações. Já faz muito tempo que o pensamento europeu começou a perceber que havia um mundo distinto, depois dos Descobrimentos, sobretudo depois dos grandes pensadores, como Montesquieu, que, ao depararem com outras culturas, em vez de se fecharem diante delas, temerosos de seus efeitos, perceberam que haviam de descobrir as especificidades de cada cultura. Um famoso livro de Montesquieu sobre os espíritos das leis é disso que trata, de como, em cada situação histórica, em cada forma cultural, definem-se, por assim dizer, os conteúdos específicos das regras que vão dirigir os diferentes países. Cada sistema de leis é afim com um sistema sociocultural.

Pois bem, hoje nós nos defrontamos, como costume repetir, neste novo renascimento em que vivemos, em que o homem, outra vez, integra o planeta, com uma situação um pouco diferente da situação que foi assimilada pelo grande pensamento pós-renascentista e que deu lugar ao reconhecimento das diversidades. Por quê? Porque, hoje, nós temos que regular em nível mundial. Não se trata apenas de dizer que existem especificidades, como no passado, e que, para cada sistema sociocultural, haveria uma legislação específica. Agora, nós estamos diante de um desafio muito maior, do ponto de vista, se posso dizer assim, filosófico, qual seja o de discernir de que maneira vamos ter regras que são gerais e que não nos neguem as especificidades.

Este é o desafio dos senhores, esta é a questão que está posta no mundo contemporâneo: de que forma nós vamos, e precisamos, chegar a regulamentações, a definições, a conceitos, que, na sua globalidade, permitam a intercomunicação, e, ao mesmo tempo, que desse processo, que é de homogeneização, não resulte, pura e simplesmente, o esmagamento daquilo que faz a vida própria de cada povo.

Se nós olhássemos pela ótica do século XIX, que continua pelo século XX adentro, nós diríamos que a primeira reação de um Estado nacional seria a de se fechar: “Meu Deus, vem aí o grande, *the Big Brother*, que vai dominar tudo, que vai impedir que haja um espírito próprio em cada país.” Como nós, hoje, olhamos para o século XXI, fazemos o oposto: aceitamos o desafio. Queremos, sim, participar, participar desse esforço enorme de regulamentar o sistema universal de comunicações. Queremos, sim, saber quais são as regras, de que maneira não só podemos nos ajustar a elas, senão que elas também tenham flexibilidade para se ajustar a eventuais interesses que sejam específicos nossos.

É com esse espírito, de um país que sabe do desafio do século XXI, que o Brasil os recebe, hoje, nesta reunião, neste congresso, aqui, no Rio de Janeiro; com o espírito de um país que, hoje, tem consciência das suas possibilidades, das suas limitações, naturalmente, e das suas obrigações internacionais e que sabe que ele é parte de um contexto mais amplo e que quer assumir a sua responsabilidade nesse contexto mais amplo.

Provavelmente, muitos dos senhores reconheceram e viram – os que não viram, verão – o imenso esforço que foi feito neste país, país continental, país de expressão territorial imensa, de população escassa, por seu território maior, do ponto de vista das populações mundiais, que foi capaz, bem ou mal, graças a seus técnicos ou graças à disposição muito definida de políticas públicas, de organizar um sistema de comunicações, de telecomunicações – um sistema que, hoje, pode dialogar, sem receio, com o sistema internacional, porque é composto por pessoas que têm competência técnica, têm probidade administrativa e respeito às decisões políticas, que são aquelas que emanam do povo e que se concretizam através das diretrizes que o Governo oferece ao País.

Hoje, nós temos condições de participar desse desafio do mundo contemporâneo. E é com esse espírito aberto que nós estamos participando dele. Sabem todos os senhores a decisão do meu Governo, decisão embasada e apoiada pelas urnas e pela opinião pública

deste País, de efetivamente levar adiante um processo de abertura do nosso sistema de telecomunicações. Fazemo-lo porque não tememos a abertura. Fazemo-lo porque temos, já, a consciência da capacidade própria dos nossos técnicos, das nossas empresas, e não temos por que não discutir, com absoluta tranqüilidade, os desdobramentos do que venha a significar a abertura do sistema de telecomunicações e do que venha a significar o avanço no processo de privatização.

Freqüentemente, leio nos jornais – e os jornais ecoam as opiniões, naturalmente, não as inventam – que, quem sabe, estejamos um pouco lentos demais. Esquecem-se de que quem tem a responsabilidade pública tem que olhar a História, e não o dia-a-dia; tem que ver se as decisões tomadas terão conseqüências positivas ao longo do tempo, e não simplesmente para recolher o aplauso de um momento, daquele dia. É preciso olhar, com muita consciência, quais são os vários ângulos de um processo de transformação. Num momento de pressa, são conceitos subjetivos. O que eu posso lhes assegurar é que nós estamos marchando com firmeza, com competência, na direção da recriação do nosso sistema de telecomunicações, em compasso com os desafios do próximo século.

Estamos aí com todo um programa de satélites; estamos aí com todo um programa de privatização da Banda B. Virá, depois, a Banda A, Banda Ku, sei lá o que, esses termos técnicos que embaraçam um pobre sociólogo, que mal entende o que vem escrito sem simbologias gráficas e que, agora, é obrigado a discutir com o Ministro Motta, que parece entender – e, pelo que todos me dizem, entende mesmo – de matérias tão complexas.

Mas o fato é que, sob a liderança do Ministro Sérgio Motta, nós estamos dando um avanço imenso nessa matéria. Aos que duvidavam da possibilidade de nós termos conseguido que o Congresso aprovasse uma lei, digo que nós vamos conseguir que aprovem novas leis e vamos debater essas leis, porque somos democratas, porque acreditamos que não é possível tomar um rumo sem que esse rumo seja, realmente, embasado numa opinião mais ampla do que somen-

te a opinião do Governo. Mas, com a liderança do Governo e com a liderança do Ministro Sérgio Motta, eu não tenho dúvida nenhuma de que vamos levar adiante esse processo, tanto de abertura quanto de privatização, resguardando sempre aquilo que nos parecer próprio do Estado brasileiro, do povo brasileiro, através do seu Estado, de ter a capacidade reguladora.

Regular não significa impor, regular não significa burocratizar, regular não significa fazer com que interesses políticos se introduzam, através da regulamentação, para impedir que haja o progresso tecnológico e para desvirtuar o bom desempenho das empresas, em função de benefícios políticos ou outros menos aceitáveis ainda. Regular significa definir normas que permitam atender à clientela – e a nossa clientela é o povo brasileiro –, que permitam atender aos interesses globais do País.

E este país, senhores que aqui se reúnem hoje, é um país que hoje passa por um processo de transformação muito forte, muito forte mesmo. Só para lhes dar alguns pequenos exemplos, eu lhes diria: há quatro anos, nós tínhamos uma relação de comércio com o mundo de cerca de 50 bilhões de dólares. Hoje, temos cerca de 100 bilhões. Dobramos, em quatro anos. E isso não é nada, porque corresponde, em termos de exportação, a cerca de 8% do produto bruto do Brasil. Se nós calcularmos que o nosso produto é da ordem de 600 bilhões e que estamos exportando cerca de 50 bilhões, vamos ver que nós ainda temos uma economia altamente baseada no mercado interno, como é natural, como é próprio dos países continentais, como os Estados Unidos, a China, a Índia, o Brasil.

Nós temos que ter sempre em mente esses números, números grandes pelo menos, para que possamos saber qual é a orientação. A orientação é que nós vamos continuar com a capacidade de produzir mais, de aumentar o nosso comércio, nos dois sentidos. E isso é fundamental, pois foi através desse mecanismo que nós pudemos controlar a inflação – não foi só ele, mas ele nos ajudou enormemente –, porque obrigou a aumentar a produtividade, dando uma referência para os preços internos.

Inflação, hoje, aqui, já é alguma coisa que se mede por um só dígito, já é alguma coisa que teve uma transformação, em dois ou três anos, radical. Desde 1993, com o Presidente Itamar Franco, quando assumi o Ministério da Fazenda, que decidi, junto com o Presidente, que nós iríamos enfrentar a inflação. Nós enfrentamos a inflação. Quantas caricaturas, meu Deus, quantas palavras vãs e quanto pessimismo! Quanta tentativa de minar a possibilidade de este país resolver seu maior problema, que está resolvido! Contudo, nenhum problema histórico se resolve para sempre. É preciso repetir sempre o cuidado com a inflação, mas ela está sob controle.

Este país se prepara para taxas de crescimento muito importantes. Às vezes, ao me debruçar sobre os debates, fico pensando: “Mas, meu Deus, como as pessoas são apressadas, como falam sobre o que não sabem e citam taxas de crescimento tais ou quais, a partir de uma condição mínima para que o País possa crescer.” Não é bem assim. O País precisa de um conjunto de ações, na modernização do Estado, de uma reformulação das práticas administrativas e de acabar com o clientelismo, de ter condições de progresso tecnológico, de dar muita importância ao desenvolvimento científico, de dar educação primária, educação de base para a população. Nós precisamos de um conjunto, que estamos fazendo, de mudanças e mecanismos, para que disso tudo, então, resulte um crescimento sustentado, com uma taxa que seja compatível com o crescimento da nossa população. E a transição demográfica no Brasil teve uma velocidade imensa. O que na Europa levou um século, nós fizemos em duas décadas, para termos um perfil demográfico muito mais equilibrado.

Portanto, nós precisamos encarar o futuro com este otimismo, o otimismo de quem olha os grandes números de estrutura, de quem percebe quais são as tendências, de quem sabe não porque intui, não porque pensa que apenas a vontade política resolve tudo, pois não resolve, mas porque sabe que o País, no seu conjunto, está mudando. É essa, se me permitem dizer os senhores, a grande mensagem que eu gostaria de deixar aqui. O que está acontecendo no Brasil, e não só no Brasil, mas em vários setores da América do Sul, é que a socieda-

de, no seu conjunto, mudou, é uma sociedade que se comunica e que necessita de mais informação. É uma sociedade que tem que ser aberta, dentro e fora, para dentro e para fora. É uma sociedade, portanto, que depende do progresso tecnológico e depende, sobretudo, nessa área, do desenvolvimento das telecomunicações.

Nós estamos criando, hoje, na América do Sul, sobretudo no eixo do Mercosul, um espaço extraordinário para o próximo século. Se me permitirem uma incursão em política exterior, porque talvez aqui não seja o local adequado, eu diria que nós podemos encarar o próximo século com tranqüilidade, dizendo que haverá, no mínimo, quatro grandes zonas de dinamismo: uma, da União Européia; outra, dos Estados Unidos, no mercado constituído ao redor dos Estados Unidos com o México e com o Canadá; a outra é o que acontece no Japão, num pedaço da China e no Sudeste Asiático; e a outra é o Sul da América do Sul. E esse Sul da América do Sul não é só o Sul, ele se estende. A Venezuela está ávida por participar desse processo também. Alguns países andinos se preparam também para isso. E o Chile, eu espero que, brevemente, em junho, daqui a duas semanas, venha a assinar, na Argentina, um acordo especial com o Mercosul. E, quem sabe, na próxima rodada, quando eu vier a ser Presidente do Mercosul, possa fazer com a Venezuela, como o Presidente Menem está fazendo com o Chile, uma integração do mesmo gênero.

Estamos, portanto, nos reorganizando. E organizar esse espaço para o próximo século significa organizar a sua infra-estrutura, significa organizar seu sistema de comunicações e significa assinar o espírito dos povos que vivem nos espaços do mundo, para que este mundo tenha, como há séculos se mantém, paz e vontade de progresso.

Nós, brasileiros, humildemente, sabemos da nossa responsabilidade diante dos desafios e temos também a convicção de que podemos enfrentá-los. Para enfrentá-los, vamos crescer nosso mercado interno, estabilizar a nossa economia, vamos, com muito afínco, manter um controle da inflação e fazer o que é essencial: aumentar a distribuição da renda.

Se houve um motivo que me alegrou nos últimos tempos, foi a pesquisa, recentemente feita, que mostrou que nas seis principais cidades do Brasil, depois do plano de estabilização, cerca de 5 milhões de famílias ultrapassaram o nível de pobreza. Deixaram de estar abaixo da linha de pobreza, porque a própria política econômica contém, conteve em si, elementos de distribuição de renda. Todos os dados de que dispomos, todos, sem exceção, mostram que nos últimos anos nós estamos assistindo não só à retomada da confiança, em termos de estabilidade da moeda, das perspectivas de crescimento, do investimento – só neste ano nós vamos ter, no mínimo, não menos que 6 bilhões de dólares de investimentos diretos no Brasil –, não só a isso, e sim, que é mais importante do que isso, é que, ao contrário de modelos passados, nós estamos ao mesmo tempo fazendo com que haja a possibilidade de aumentar a capacidade de compra das camadas mais pobres da população e introduzindo no mercado de consumo milhões de famílias. O último cálculo que eu vi dizia que, se nós persistirmos, como persistiremos neste rumo, nós vamos ter, daqui por diante, ingressando no mercado de bens duráveis de consumo, cerca de 2 milhões de famílias. Dois milhões de famílias, no caso nosso, são cerca de, pelo menos, 6 milhões de pessoas.

Os senhores sabem calcular melhor que eu, são versados em números, sabem o que significa isso em termos do potencial de telecomunicações. Sabem que, ao mesmo tempo que existe esta base de infra-estrutura que cresce, essa volta da confiança no País, isso faz com que nós precisemos de revoluções no plano tecnológico, para atender às demandas de telecomunicações, lá longe, nas regiões mais distantes e nos centros superpovoados.

Disse bem o senhor Secretário-Geral da União Internacional: não é a questão da distância, do isolamento, que vai impedir que exista a possibilidade de uma verdadeira revolução nas telecomunicações. E não será por isso que o setor privado, ao entrar nas telecomunicações, deixará ao abandono essas regiões. Mesmo porque o setor público estará sempre atento para impedir que isso ocorra e tomará as disposições necessárias para que, desse processo de privatização, re-

sulte não a concentração dos benefícios do progresso tecnológico, mas, ao contrário, a sua difusão crescente.

Perdoem-me se me referi com tanta insistência ao caso brasileiro e se fiz, de justiça, referência não só a todo o setor brasileiro de telecomunicações, como ao Ministro Motta, que hoje está conduzindo o assunto, e a ambos eu felicito. Perdoem-me se me estendi nesta matéria, porque tenho certeza de que o que disse sobre o Brasil poder-se-ia dizer sobre muitos países, sobretudo sobre os países do Cone Sul. E há uma famosa frase de um autor alemão chamado Marx que, ao falar sobre a Inglaterra – ele era alemão, repito –, dizia para os alemães que ele descrevia a Inglaterra com cores pessimistas, e eu descrevo o Brasil com cores otimistas, mas uso a mesma frase para definir os demais países: *de te fabula narratur*, que em latim quer dizer: “Eu estou contando a história de vocês, e não só a minha”.

Muito obrigado.

